

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula: conselho para manter discrição

Lula: melhor agora é não fazer marola

Nas últimas reuniões de análise de conjuntura, o grupo mais próximo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o vem aconselhando a manter como estratégia o máximo de discrição, de cautela e de silêncio. A avaliação é que a melhor tática neste momento é não fazer marola. A última pesquisa de popularidade do Datafolha, divulgada na semana passada, mostra um quadro de estabilidade na situação. Não há mais a subida que houve após o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Nem a queda depois da ação policial no Rio de Janeiro. O quadro é praticamente o mesmo da rodada anterior: aprovação de 32% (era 33%); desaprovação de 37% (era 38%). Lula vence em todos os cenários para presidente.

Flávio seria o mais fácil

E se a oposição seguir com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como o adversário, fica a um ponto percentual de ganhar no primeiro turno, com 49%. Na avaliação feita pela equipe de Lula, é um quadro que aconselha se movimentar pouco agora. O ano já está terminando. E terminando com todas essas confusões complicadas acontecendo na relação do Executivo com a Câmara e o Senado.

Lula Marques/Agência Brasil



Ação de Flávio congela movimentos de Tarcísio

“Presidente não pode perder para ele”

Ainda que se tome o cuidado de não dizer isso diretamente a ele, o governo sabe que Lula muitas vezes paga pela própria língua. A queda na popularidade que houve após a operação policial nos Complexos da Penha e do Alemão em muito se deu, avalia-se, pela falta imediatamente anterior na qual o presidente disse que os traficantes “são vítimas”. “Lula não pode perder a eleição para ele mesmo”, é a avaliação que o entorno do presidente faz. No quadro atual, ele vem se beneficiando fortemente da falta de unidade da direita.

Dispersão de energia

A oposição não conseguiu um nome em que concentrasse suas energias. O episódio do lançamento da candidatura de Flávio Bolsonaro assim é lido. Flávio lançou-se candidato dizendo que a retirada da sua candidatura tinha “um preço”: a anistia ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Após a aprovação do PL da Dosimetria, vendeu-se a ideia de que isso se deu pela ação do filho O1 do presidente.

POR
RUDOLFO LAGO

Não é anistia

O governo não avalia bem assim. A dosimetria não é a anistia. Reduz a pena, mas mantém Bolsonaro preso. E era já algo que o Centrão negociava. Inclusive, segundo a apuração, com a ajuda de alguns ministros do próprio Supremo. No máximo, Flávio assim teria conseguido que entrasse em pauta.

Para valer?

Mas para aprovar o que já era negociado. Se a anistia era o preço, o que o Centrão comprou foi comprado com um grande desconto. Tenha ou não negociado a dosimetria, a candidatura de Flávio Bolsonaro continua com o mesmo problema. Se é para negociar algo em troca, não é, então, para valer.

“Preço” é a vitória

Se é para valer, o “preço” tem que ser conseguir sair vitorioso nas urnas. Numa eleição, qualquer resultado que não seja a vitória tem um nome apenas: é derrota. Diante do que o clã representa, não interessa Flávio entrar para se cacifar para uma disputa futura depois, se o vitorioso final for Lula.

Congela

De qualquer modo, o movimento de Flávio, pelo menos por enquanto, congela os demais. Parece tirar definitivamente do páreo Michel Bolsonaro, que parecia mais competitiva que o O1. E mantém um impasse quanto ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Contra uma indicação de Bolsonaro, ele não disputa.

Tarcísio

Tarcísio precisa do aceno de Jair Bolsonaro, porque precisa dos votos bolsonaristas. Não irá disputá-los com Flávio. E precisa definir o que fará da vida até abril. Para a Presidência, precisa construir. Em São Paulo, tem uma reeleição que pode vencer no primeiro turno ainda. A indefinição o faz perder ativos.

Primeiro turno

Paraná Pesquisas divulgada na quarta (10) mostra que Tarcísio venceria no primeiro turno com 52% em um cenário no qual não estivessem na disputa nem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nem o vice-presidente Geraldo Alckmin. Tarcísio venceria os dois. Mas, nos casos, haveria segundo turno.



Negociação em plenário trocou cassação por suspensão

Zambelli com mandato fixo e Glauber suspenso

Deputado agrediu militante com chutes dentro do Congresso

Da Redação

Em votação negociada, a Câmara dos Deputados suspendeu por seis meses o mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). Mesmo os aliados de Glauber passaram a negociar a suspensão para evitar a cassação do mandato. A suspensão foi aprovada por 318 votos contra 141 e três abstenções. O processo de perda de mandato havia sido aprovado no Conselho de Ética. Glauber agrediu com chutes e empurrões em abril o militante do Movimento Brasil Livre Gabriel Costenaro.

Desde o início, ficou claro que não haveria os 252 votos necessários para a cassação. Então, negociou-se no plenário a substituição da perda do mandato pela suspensão por um tempo. Nesse período, Glauber fica fora do seu mandato, inclusive tendo seus vencimentos suspensos. Durante a ausência de Glauber, assumirá o mandato Heloísa Helena (Rede), que já foi senadora pelo PT.

Glauber reagiu fortemente à possibilidade de cassação. Chegou a fazer uma greve de fome, que foi interrompida após um acordo com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que adiou a apreciação do caso. Esta semana, porém, Motta resolveu levar o processo ao plenário, em um pacote no qual também se iniciaria a apreciação das cassações de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Carla Zambelli (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ).

Ainda em abril, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou parecer favorável do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA) pela perda do mandato de Braga por “abusar das prerrogativas parlamentares”. Na ocasião, foram 13 votos favoráveis e 5 contrários.

A representação foi apresentada pelo Novo. Em sua defesa, Glauber afirmou que agiu contra Costenaro após sofrer perseguição por parte dele e por ofensas proferidas por ele contra a mãe do parlamentar, que sofria com mal de Alzheimer avançado.

Zambelli

Já Carla Zambelli teve um desfecho diferente. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a perda de mandato da deputada, que está presa na Itália, onde aguarda uma decisão sobre a extradição ao Brasil, por 32 a 2. No plenário, os deputados seguiram o parecer, com 227 votos a favor e 170 contrários. Porém, a parlamentar não perdeu o mandato, já que seriam necessários 257 votos de deputados para a perda dos direitos legislativos.

O PL, partido de Zambelli, votou contra a cassação, assim como o Novo. PT, PSOL, PCdoB, PSB, PDT, Solidariedade, Rede e PSDB votaram a favor. União Brasil, PP, Republicanos, MDB, PSD, Podemos e Cidadania tiveram votos divididos.

Com informações de Carolina Linhares (Folhapress)